

ESTRATÉGIAS PARA O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

O Boletim do PFC PPME e do PFC CPE



30ª Edição, 1º Trimestre 2007

Análise e Estratégia da Dívida PPME

Alívio do BIAD no âmbito da IADM, afinal	2
Sustentabilidade da dívida - Além do QSD	3
PFC mostra maior capacidade de gestão da dívida dos PPMES a partir de 2002	4
Missões para elaboração dos planos nacionais de fortalecimento de capacidade	6
Workshop sobre sustentabilidade da dívida a longo prazo	7
Progressos dos PPME e situação da sustentabilidade da dívida	8
MEFMI entra na fase III (2007-2011)	10
PFC PPME: actividades recentes e futuras	11
Perguntas técnicas sobre o alívio da dívida	16

Fluxos de Capitais Privados Estrangeiros

Actualizações das actividades do PFC CPE	13
Cameroun: activos estrangeiros e investimento intra-regional de vulto	14
Acesso a fontes de dados internacionais sobre activos e passivos estrangeiros e seu uso	15

ALÍVIO DO BIAD NO ÂMBITO DA IADM, AFINAL

Em Janeiro, na cidade de Amesterdão, os cotistas do BIAD finalmente concordaram na maneira de prover a quota do BIAD no âmbito da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (IADM). O acordo é desapontador, pois não resultará em financiamento suplementar para os Países Pobres Muito Endividados (PPMEs); em vez disso, o financiamento virá dos recursos do próprio Fundo Para Operações Especiais (FOE), um mecanismo concessional do BIAD.

O alívio da dívida do BIAD consistirá no cancelamento de 100% da dívida elegível dos PPMEs mutuários que tenham ultrapassado o ponto de conclusão (Bolívia, Guiana, Honduras e Nicarágua), benefício vigente a partir de 1º de Janeiro de 2007. O Haiti se qualificará quando atingir o ponto de conclusão PPME. A dívida elegível é a dívida com o FOE desembolsada e pendente no fim de dezembro de 2004.

Implicações para Fluxos Futuros

Embora o BIAD irá cancelar dívidas num total de US\$ 3,37 mil milhões, este alívio não é suplementar. Seu custo está sendo coberto com recursos internos do FOE, sem financiamento suplementar. Reduzirá em 25% o total das alocações de recursos dos países membros elegíveis, tornando menos concessionais os novos empréstimos, cancelando as aprovações de empréstimos não desembolsados e trocando parte do alívio da dívida contra a contribuições em moeda local dos países para o FOE. Os pormenores destas mudanças são conforme o seguinte:

- Deverá haver uma redução de 25% do total das afectações de empréstimos do BIAD para a Bolívia, a Guiana, as Honduras e a Nicarágua (excluindo o Haiti que deverá receber principalmente donativos, ver abaixo). O efeito disto é reduzir a afectação global de recursos do BIAD de \$400 milhões por ano para \$288 milhões.
- Para a Bolívia, a Guiana, as Honduras e a Nicarágua, o nível mais baixo de recursos será na forma de empréstimos paralelos, que são uma mistura de empréstimos concessionais FOE e não-concessionais CO. Até agora todos os (quatro) países só podiam aceder a recursos FOE concessionais, contudo com esta mudança a concessionalidade dos seus futuros financiamentos do BIAD será reduzida, visto que irão agora contrair uma parcela significativa de novos

recursos em termos de CO. A parcela de recursos FOE e CO que perfaz os novos empréstimos paralelos de 2007-2015 será específica dos países, conforme indica a Tabela 1 abaixo. Para os quatro países pós-PPME, isto significa que os recursos FOE irão totalizar aproximadamente US\$ 88 milhões por ano, sendo o restante em termos CO não-concessionais.

- A mistura de crédito FOE - CO específica de um país deverá ser determinada com base no Quadro de Sustentabilidade da Dívida (QSD) das IBW e no sistema do BIAD de Afectação na Base do Desempenho (PBA), que deverá ser revisto e actualizado para ficar mais em conformidade com o da AID. Nesta base, prevê-se que os países com melhor desempenho (Bolívia e Honduras) beneficiem de afectações de recursos mais elevadas, ao passo que os com pior desempenho (Guiana e Nicarágua) poderão perder.
- Para o Haiti, novos recursos consistirão até \$50 milhões em donativos anuais para os anos de 2007-2010 e a seguir o Haiti terá uma afectação máxima de \$20 milhões em donativos e \$20 milhões em empréstimos FOE anualmente.
- Para todos os países elegíveis, os saldos não desembolsados de empréstimos aprovados mas não-comprometidos, a 1 de Janeiro de 2007, são anulados. Se o montante total anulado for inferior a US\$ 210 milhões, então haverá uma redução proporcional em futuras aprovações e futuros desembolsos de empréstimos numa base de país por país para perfazer a diferença entre o montante anulado e US\$ 210 milhões. Os saldos não

desembolsados a anular são os que não estiverem a ser desembolsados de forma oportuna e que provavelmente não cumprirão os seus objectivos de desenvolvimento.

- Para os cinco países, parte do alívio da dívida do BIAD (totalizando US\$ 258 milhões) deverá ser trocada face a fundos existentes que deverão ser reembolsados ao BIAD em moeda local em 2010-13. Estas conversões em moeda local deverão ser anuladas e os montantes compensados face ao serviço da dívida vencido em empréstimos FOE actuais. Se o serviço da dívida vencido for inferior ao requisito de conversão da moeda, então a restante obrigação será transportada.
- Para o período de 2007-10, serão afectados \$30 milhões de recursos FOE para a assistência técnica e de 2010 a 2015 isto será de \$20 milhões.
- Além disso, o BIAD deverá reduzir os custos de administração criados pelo FOE para 15% do total dos custos administrativos do BIAD até 2010, com mais uma redução para 11.25% até 2015. O custo disto será de uma média de cerca de \$75 milhões por ano.

Em termos do impacto sobre os fluxos de recursos entre 2007 e 2015, Honduras tende a beneficiar-se, ao contrário da Guiana, Haiti e Nicarágua. Para outras informações sobre os detalhes do impacto do IADM pelo BIAD, favor ver http://www.hipc-cbp.org/files/en/closed/External%20Debt%20Strategy/External%20Debt%20Reference%20materials/MDRI_Feb_2007_En.pdf

Tabela 1 Mistura de Crédito para Pós-PPME ao abrigo do QSD em 2007

País	Afectação FOE	Afectação CO
Bolívia e Honduras	30%	70%
Guiana e Nicarágua	50%	50%
Haiti: 2007-2010	\$50 milhões em donativos	
2011+	\$20 milhões em donativos/ \$20 milhões em empréstimos FOE	

Fonte: BIAD

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA - PARA ALÉM DO RELATÓRIO SOBRE O QSD?

Em fins de Novembro, os Conselhos das IBW discutiram um relatório sobre a aplicação do Quadro de Sustentabilidade da Dívida (QSD) a países de baixa renda pós-PPME/IADM. Este artigo examina as conclusões dos Conselhos e apresenta reacções e ideias PPME relacionadas com a sustentabilidade da dívida de longo prazo para países de baixa renda.

Os Conselhos apresentaram 10 recomendações:

1. *Conceber cenários de base mais realistas para documentos dos Conselhos das IBW sobre os países*, que reflectam o enquadramento das políticas e instituições de um país, o ambiente externo e a probabilidade de choques externos. Estes cenários deverão tomar em conta tendências históricas. Os PPME têm-no feito nos seus relatórios nacionais de estratégia da dívida do PFC PPME nos últimos 8 anos, mas também sublinham que esses cenários têm de incorporar os efeitos da ajuda e de investimentos de alta qualidade relacionados com os ODM no aumento das futuras taxas de crescimento.
2. *Sugerir que um aumento de 5-7% no rácio VA/PIB para dívida externa pública ou dívida pública total seja um "sinal de aviso" de endividamento excessivo, no qual os programas do Fundo poderiam basear objectivos indicativos de acumulação da dívida*. Esta decisão poderia ser confusa para os PPME, a menos que o Fundo clarifique se a directiva deverá aplicar-se à dívida pública externa ou total e se os plafonds de acumulação da dívida substituiriam os limiares de concessionalidade e os plafonds de défices orçamentais em programas do FMI. Além disso, esse plafond afigura-se simplista por não tomar em conta o ponto de partida dos rácios de sustentabilidade de um país devedor, nem a sua potencial necessidade de financiamento antecipado dos ODM. O PFC PPME está a ajudar os PPME a conceber plafonds de endividamento a médio prazo de forma menos mecanística, mantendo-os dentro dos plafonds QSD, ao mesmo tempo que maximiza o uso de recursos concessionais de alta qualidade, e financiando ao máximo o cumprimento dos ODM.
3. *Exigir a continuação de esforços da parte da comunidade internacional para melhorar a disponibilidade e previsibilidade/calendarização do financiamento concessional*. Nos últimos meses têm-se dado alguns passos em frente com acordos dos doadores para melhorar a previsibilidade/calendarização do apoio ao orçamento em alguns países. Contudo, também se deram passos atrás, particularmente:
 - uma tendência crescente por parte dos Governos OCDE e não-OCDE para conceder empréstimos aos PPME em vez de lhes concederem donativos;
 - continuação da redução de fluxos concessionais para a América Latina, reforçada pelo financiamento da anulação da dívida ao BIAD usando fundos concessionais IADM; (ver página 2); e
 - a incapacidade da maioria dos doadores OCDE de cumprir as suas promessas de 2005 através de um aumento proporcional genuíno de novos fluxos de ajuda em forma de donativos para os países mais pobres, incluindo os países em África e os que foram anteriormente privados de ajuda suficiente.
4. *Reconhecer que o financiamento não-concessional deverá ser permitido caso por caso, dependendo do seu impacto na sustentabilidade da dívida e no resultado APIP de um doador, assim como da qualidade do investimento e do programa global de despesas públicas*. Os gestores da dívida PPME estão cépticos quanto à necessidade de dívida não-concessional, especialmente para projectos com "auto financiamento", cujo serviço da dívida poderia reduzir a sua contribuição global para as receitas públicas e as despesas anti-pobreza, e para acordos "não-dívida" de Parceria Pública-Privada, que poderiam permitir a parceiros privados guardar grandes receitas para si próprios, a um custo mais elevado para o orçamento do Governo do que o financiamento da dívida.
5. *Notar que credores externos privados estão a conceder empréstimos a PBR e a comprar a dívida interna PPME*. O PFC PPME ajuda os países a analisar esses riscos há muitos anos. O PFC CPE também tem chamado a atenção para os riscos relacionados com a dívida contraída pelo sector privado em PBR (ver www.fpc-cbp.org).
6. *Reconhecer que a dívida interna é significativa e está a crescer em muitos PBR*. Infelizmente os Conselhos das IBW concluíram que não é viável fixar limiares para a dívida interna, devido a "desafios conceptuais", embora vissem uma forte necessidade de "uma ASD da dívida pública total". Isto deixa os PPME sem quaisquer directivas para o endividamento interno - algo que os Ministros das Finanças PPME têm repetidamente lamentado (ver exemplo na 29ª Edição do Boletim do PFC PPME). Contudo, o PFC PPME já superou estes desafios e ajudou os países-membros a fixar limites e limiares da dívida interna com base nas suas políticas de desenvolvimento dos sectores fiscal, monetário e financeiro - e a Zona do Franco CFA já adoptou plafonds serviço da dívida para receitas orçamentais que incluem a dívida interna. O PFC PPME elaborou recentemente uma nota sobre os indicadores da sustentabilidade da dívida (ver www.hipc-cbp.org > *página dos membros* > *recursos técnicos* > *informações gerais*).
7. *Aumentar a transparência dos dados da dívida e de ASD relacionadas com o QSD*. Para este efeito, as ASD relacionadas com o QSD e os modelos do QSD encontram-se disponíveis nos websites do FMI e do Banco Mundial, tal como calculadores da concessionalidade e informações sobre a política de concessionalidade do FMI (ver <http://www.imf.org/external/np/pdr/conc/index.htm> e <http://www.worldbank.org> e seguir Home > About Us > IDA > Nonconcessional Borrowing). O PFC PPME saúda esta transparência extra e também decidiu acompanhar os resultados das ASD na tabela do centro do boletim informativo, ao mesmo tempo que também reporta os pareceres dos próprios países sobre a sua sustentabilidade da dívida. (ver página 7).
8. *Usar o QSD para informar o Fundo sobre plafonds de défices orçamentais ou de endividamento*. Os PPME apoiam isto como uma fonte de informações para a sua concepção de *plafonds* de défices orçamentais ou de endividamento. Contudo, frisam que as ASD têm de ser conduzidas pelos próprios Governos e os *plafonds* e as estratégias da dívida de médio prazo têm de ser concebidos e dirigidos pelos países em vez de serem impostos como uma condicionalidade. Também sublinham que os *plafonds* têm de ir além de uma visão estreita da sustentabilidade com base nos limiares do QSD, para fornecerem espaço para absorver o máximo de recursos concessionais, assim como financiar os ODM.
9. *Sublinhar que o fortalecimento da capacidade de gestão da dívida precisa de ser acelerado para permitir aos países construir as suas próprias Estratégias da Dívida de Médio Prazo*. Os Governos PPME sublinham que esse fortalecimento de capacidades tem de ser fornecido independentemente de organizações de crédito tais como as IBW, para evitar conflitos de interesse, e através das organizações regionais que escolheram financiar como seus fornecedores de fortalecimento de capacidades (BEAC/BCEAO Pôle Dette, CEMLA, MEFMI e WAIFEM). Prefeririam receber eles próprios fundos adicionais para poderem escolher os fornecedores de assistência com o melhor valor pelo custo.
10. *Usar uma média trienal do resultado APIP para avaliar a sustentabilidade da dívida*. Os PPME apoiam isto, visto que isto irá reduzir a volatilidade das condições e dos montantes de financiamento fornecidos pelo FAD e pela AID nos últimos anos.

PFC MOSTRA MAIOR CAPACIDADE DOS PPMEs A PA

O boletim 29 comparou a substância, implementação e usos da metodologia PFC PPME para avaliar a capacidade de gestão da dívida em PPMEs com a metodologia do Índice de Afecção de Recursos da IDA (IRAI) (conhecida antes como APIP - Avaliação das Políticas e Instituições dos Países). Este artigo analisa uma série temporal de classificações de quatro anos, avaliando progressos na gestão da dívida de 2002 a 2005 com metodologia do PFC. Por conseguinte, compara as tendências com as da avaliação do IRAI, usando secções comparáveis da metodologia PFC, e explica eventuais diferenças.

1) Metodologia: Combinação das Fases III e 4 do PFC, e Comparação com a IDA

Em 2002, o PFC PPME passou de um sistema em que os países eram avaliados pelas organizações parceiras de implementação para outro em que eles próprios montavam a metodologia de avaliação e efectuavam as avaliações iniciais (cuja qualidade, porém, ainda era controlada pelos parceiros de implementação). Ao fim da fase III do PFC PPME, em 2005, a metodologia de avaliação do PFC foi actualizada de modo a concentrar o foco na dívida interna e no financiamento novo. Portanto, a fim de comparar classificações obtidas nas fases III e 4 era essencial (e relativamente fácil) elaborar as relações entre os critérios de avaliação das duas fases. Era também essencial comparar os critérios da IDA e do PFC: a metodologia para tal foi explicada no boletim 29.

2) Avaliação Detalhada dos Progressos na Gestão da Dívida

Estabelecida uma clara série temporal com base nesses ajustes, é possível avaliar progressos feitos na gestão da dívida dos PPMEs a partir de 2002.

A Tabela 1 mostra as tendências definidas a partir de 2002 para os seis elementos considerados pela IDA: Indicadores do Ónus da Dívida, Endividamento Novo, Coordenação Institucional, Unidade da Dívida, Estratégia da Dívida e Marco Jurídico. As classificações mostram um nítido avanço em cinco dos indicadores, levando a uma elevação geral em torno de 8%.

- As áreas de Coordenação Institucional (16%) e Marco Jurídico (25%) apresentam melhorias consideráveis, que se reflectem num foco mais preciso nestas questões por parte das organizações regionais do PFC e de suas missões institucionais.
- Melhoria menor (apenas 7%) ocorreu na estratégia da dívida, reflectindo porém esforços contínuos e vigorosos dos governos nesta área. Contudo, aqui a classificação geral oculta substanciais avanços na qualidade da estratégia da dívida e da análise de carteira, também comprovados com a existência de uma equipe formal para preparar estratégias e com a aprovação de estratégias pelo governo e pelo parlamento, reflectindo a recente concentração do foco do PFC no respaldo a esse debate mediante seminários do Gabinete e do parlamento e a inclusão de discussões sobre estratégia no processo orçamentário. Tais avanços, porém, são neutralizados em medida considerável pela queda em classificações relativas ao nível de discussão sobre estratégias com sociedades civis nacionais e com a comunidade internacional, particularmente para países pós-PPME.
- Outra área em que o PFC concentrou-se a partir do fim da fase III foi o financiamento novo, que apresenta considerável melhora (14% desde 2003), devido à evolução metodológica já verificada em relação à qualidade da ajuda e aos tetos do endividamento, que estão elevando a capacidade para desenhar e implementar políticas de endividamento.
- A área de unidade da dívida, referente ao número e qualificações do pessoal e à adequação do ambiente de trabalho, progrediu cerca de 4% em 2002-03. Isso torna mais notáveis as melhorias em

outras áreas, mas reflecte as limitações maiores à composição do pessoal e às condições do serviço público, bem como uma inquietante redução no pessoal de gestão da dívida nos países além do ponto de conclusão, muitas vezes com o argumento de que os problemas da dívida já estão resolvidos, o que, se persistir, não é bom augúrio para a capacidade de gestão da dívida a longo prazo.

- Ademais, cabe frisar que nesta área houve pequena melhora nas classificações para os registros de dados em 2002-04, devida a esforços do Secretariado da Commonwealth, UNCTAD e organizações regionais para dar assistência aos países. Em 2005, uma vez que a metodologia da fase IV incorporou o registro da dívida interna, as classificações caíram um pouco, reflectindo um registro de qualidade algo inferior para a dívida interna.

A única área em que as classificações caíram (mesmo assim só desde 2004) foi a dos indicadores do ónus da dívida. Essa queda reflecte o fato de que, na fase IV do PFC, os países são autorizados a escolher os indicadores que julgam mais adequados para determinar a sustentabilidade de sua dívida (rácios do PPME, rácios PBR DSF ou até rácios regionais ou nacionais), enquanto na fase III todos os países estavam usando os mesmos indicadores PPME para determinar a sustentabilidade de sua dívida. Em consequência, a sustentabilidade avaliada pelos países caiu por causa da inclusão da dívida interna. Trata-se de uma clara advertência acerca da necessidade de levar a dívida interna plenamente em conta ao avaliar a sustentabilidade.

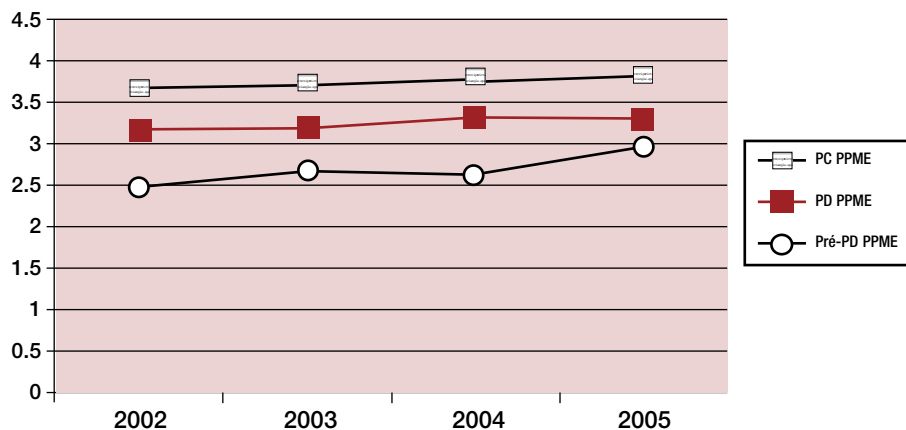
Tabela 1: Monitoração do Progresso no Fortalecimento de Capacidade de Gestão da Dívida (ajustado para escala da IDA)

	Maio-02	Maio-03	Maio-04	Maio-05
Indicadores do Ónus da Dívida	3.25	3.48	3.59	3.02
Endividamento Novo	3.33	3.09	3.38	3.52
Coordenação Institucional	3.02	3.05	3.16	3.51
Média da Área de Unidade da Dívida	3.73	3.87	3.87	3.88
Média da Área de Estratégia da Dívida	3.13	3.18	3.22	3.34
Média da Área do Marco Jurídico	2.65	2.72	2.86	3.30
Total da Média para todos os critérios	3.28	3.36	3.42	3.53

Fonte: Questionários de autoavaliação de Países PPME

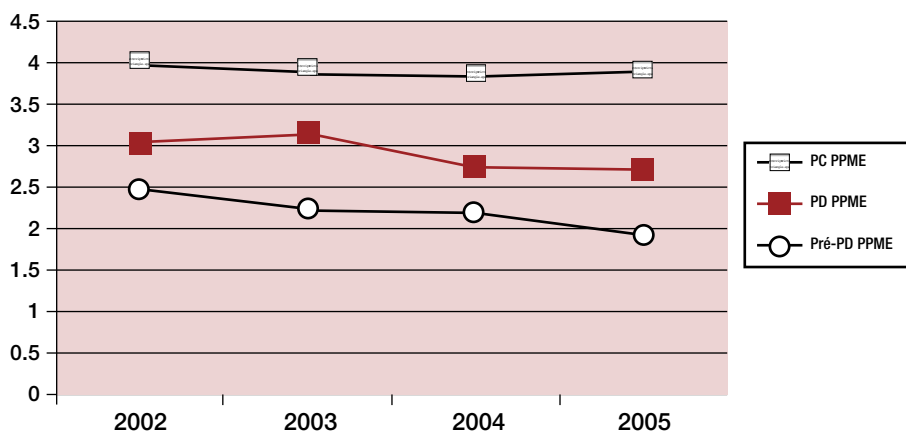
ADE DE GESTÃO DA DÍVIDA RTIR DE 2002

Gráfico 1: Monitoração do progresso com metodologia PFC (Ajustado para escala IDA)



Fonte: Questionários de auto-avaliação de Países PPME

Gráfico 2: Monitoração do progresso com classificações IRAI



Fonte: Debt Relief for the Poorest: An Evaluation Update of the HIPC Initiative. Grupo de Avaliação Independente do Banco Mundial. 2006. Índice de Alocação de Recursos da IDA (IRAI) 2005

3) Comparação entre as classificações do PFC e da IDA

Como se explicou no boletim 29, a comparação entre as duas metodologias requer primordialmente a conversão das classificações do PFC de uma escala de 5 pontos para uma escala de 6 pontos para corresponder à da IDA. Os gráficos 1 e 2 abaixo mostram as tendências da capacidade de gestão da dívida para distintos países conforme o seu estágio no processo do PPME, segundo identificado pelas metodologias PFC PPME e IDA. Os

países foram classificados como pré-ponto de decisão (PD), entre o ponto de decisão e o ponto de conclusão (PC), e pós-ponto de conclusão. A data que determinava o limite entre ambos para determinar sua classificação era dezembro de 2005.

O Gráfico 1 mostra que, segundo o PFC PPME, os países no ponto de pós-conclusão têm evidentemente as classificações mais altas de gestão da dívida, com 3,84. Todavia, houve progressos desde 2002 em todos os

grupos de países, tendo a classificação média subido de 3,29 em 2002 para 3,53 em 2005. A maior melhora de classificação, ainda que a partir do nível mais baixo, ocorreu entre os países no ponto de pré-decisão, que subiram de 2,52 para 3,00. Os países no ponto de pós-decisão e no ponto de pós-conclusão apresentaram melhora moderada, passando de 3,14 para 3,30 e de 3,62 para 3,84, respectivamente.

Os níveis de classificação para países no ponto de pós-conclusão, em termos gerais, resultam semelhantes com as metodologias PFC e IDA, embora a IDA indique classificações estáveis ou em ligeiro declínio desde 2003. As classificações iniciais da IDA para os outros grupos são as mesmas que as do PFC, mas posteriormente as tendências divergiram consideravelmente, com uma queda nas classificações para PPMEs no período provisório e particularmente aqueles no ponto de pré-decisão.

É difícil entender por que as classificações da IDA divergiram tanto das do PFC, que foram confirmadas pelos países e tiveram sua qualidade conferida por organizações parceiras de implementação. Em última análise, a discrepância pode reflectir metodologias distintas, em especial a debilidade da metodologia IRAI e o carácter mais profundo da análise efectuada pelo PFC, que foram postas em relevo no boletim 29.

¹ Como a República Democrática do Laos e Madagascar não receberam assistência do PFC, não constam das classificações do PFC; mas sua exclusão das classificações da IDA não mudaria qualquer das conclusões apresentadas.

MISSÕES PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS NACIONAIS DE FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE



No contexto da elaboração dos planos nacionais de fortalecimento da capacidade em matéria de gestão da dívida pública nos países da Zona do Franco CFA, o Pôle-Dette BCEAO/BEAC iniciou missões de informação e colecta de dados. Uma após outra, estas missões estiveram em Lomé (Togo) e Ndjamena (Chade) de 7 a 15 de outubro de 2006; Bissau (Guiné Bissau) de 16 a 20 de outubro de 2006; Bamako (Mali) e Malabo (Guiné Equatorial) de 28 de outubro a 5 de novembro; Dakar (Senegal) de 30 de outubro a 3 de novembro de 2006; Libreville (Gabão) e Niamey (Níger) de 5 a 12 de novembro de 2006; Brazzaville (Congo) de 13 a 25 de novembro de 2006; Bangui (República Centro-Africana) de 18 a 26 de novembro de 2006; Uagadugu (Burkina Faso) de 25 de novembro a 8 de dezembro de 2006; e Abidjan (Côte d'Ivoire) de 8 a 14 de dezembro de 2006. No primeiro trimestre de 2007, terão lugar missões a Cotonu (Benin) e laundé (Cameroun).

O objectivo principal destas missões era ajudar as respectivas autoridades a traçarem planos nacionais de fortalecimento da capacidade em matéria de gestão da dívida, segundo um modelo desenhado pelo Pôle-Dette. Tais planos visam sobretudo direccionar as intervenções do Pôle-Dette para as necessidades reais dos Estados membros de seu Programa em todos os campos da gestão da dívida (além das acções de reforço das capacidades em matéria de análise e estratégia da dívida no contexto do PFC PPME). Eles guiarão as acções do Projecto Pôle-Dette no curso de sua segunda fase.

Neste contexto, para as distintas missões efectuadas, tratava-se de:

- definir o volume e o perfil das competências indispensáveis para gerir a dívida pública ao nível dos padrões internacionais, de modo a inscrever o fortalecimento das capacidades no

quadro mais global do desenvolvimento de uma verdadeira cultura de gestão correcta da dívida pública nos países da Zona do Franco CFA;

- identificar as competências disponíveis dentro de cada administração, em todos os elos da cadeia da dívida e, a partir daí, medir as necessidades de fortalecimento das capacidades dos actores (institucionais ou individuais) que compõem a cadeia da dívida para geri-la ao nível dos padrões internacionais;
- identificar todas as actividades necessárias para preencher as lacunas de competência identificadas (oficinas nacionais, seminários regionais para funcionários do quadro técnico e do quadro decisório, publicações, missões de campo, ensino à distância etc) bem como as instituições que as possam organizar; e
- estabelecer uma coerência entre os planos de fortalecimento das capacidades das estruturas que compõem a cadeia da dívida pública e os planos de formação de seu pessoal.

Com base nos modelos e nos planos nacionais de fortalecimento das capacidades previamente enviados aos países, nos questionários de autoavaliação do PFC PPME e nos resumos das missões de apoio institucional à gestão da dívida pública, as missões puderam colher a contribuição de quase todos os actores da cadeia da dívida, e chegaram às conclusões seguintes.

- A despeito das intervenções do Pôle-Dette e do PFC PPME, que na maioria dos países contribuíram para uma clara melhoria das capacidades, evidenciou-se um deficit enorme das competências necessárias para conduzir as actividades da linha intermediária (análise e formulação das estratégias), sobretudo num contexto pós-PPME, onde o importante é concentrar-se na mobilização de novos financiamentos de alta qualidade, que contribuam ao máximo para atingir os objectivos nacionais de desenvolvimento, e na gestão dos riscos, para evitar o super endividamento nos anos seguintes.
- As competências disponíveis estão concentradas essencialmente nas actividades da linha de frente (emissões de títulos, mobilização dos

financiamentos, pagamento do serviço) e da retaguarda (registros, contabilidade).

- Nas futuras actividades do Pôle-Dette, a ênfase deve continuar recaindo sobre o fortalecimento das capacidades necessárias à gestão das actividades intermediárias, efectuando ao mesmo tempo melhorias nas actividades da linha de frente e da retaguarda.
- Quanto aos tipos de actividade, são necessários dois eixos de fortalecimento das capacidades para permitir a esses países elevarem a gestão da dívida ao nível dos padrões internacionais.
 1. Os países necessitarão de um apoio institucional para reforçar as leis do financiamento e do endividamento do governo, bem como a coordenação entre os participantes, e para desenhar os manuais de procedimentos e de fluxo de informações a fim de guiar o pessoal.
 2. Falta formar cerca de 600 técnicos na linha de frente, na linha intermediária e na retaguarda para tarefas como a gestão dos riscos, o domínio do software de gestão da dívida, a análise da sustentabilidade da dívida, as estratégias globais da dívida pública e os aspectos jurídicos.



WORKSHOP SOBRE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA A LONGO PRAZO

O segundo workshop do PFC PPME sobre o Marco de Sustentabilidade da Dívida (DSF) de Longo Prazo das Instituições de Bretton Woods (BWI) realizou-se na região do WAIFEM de 22 a 26 de janeiro. Foi organizado e facilitado pelo WAIFEM, DRI, FMI e Banco Mundial, e a ele compareceram 38 funcionários de nível executivo e médio dos bancos centrais, ministérios das Finanças, secretarias de gestão da dívida, escritórios de estatística e escritórios de contas nacionais de Gambia, Gana, Libéria, Nigéria e Serra Leoa. Funcionários do Instituto da África Oriental e Austral para Gestão Macroeconómica e Financeira (MEFMI), bem como membros aspirantes de instituições de Lesoto e Suazilândia, também assistiram ao workshop.

Objectivos

O principal objectivo do workshop, que durou 5 dias, foi treinar países do WAIFEM no DSF e desenvolver sua capacidade para proporcionar a seus governos avisos precoces de riscos potenciais. O workshop cobriu os temas gerais seguintes.

- Marco Operacional para Avaliação da Sustentabilidade da Dívida em Países de Baixa Renda (PBR)
- Base Técnica do DSF dos PBR
- Implicações do DSF para o Banco Mundial e o Fundo
- Como ajudar os países de baixa renda a evitar dificuldades com a dívida
- Análise de Sustentabilidade da Dívida (DSA) incorporando a Dívida Interna
- Por conseguinte, a equipe de cada país efectuou uma DSA com 3 cenários, a saber, linha de referência, teste histórico e teste de stress, e no último dia fez uma apresentação destacando suas constatações.

Conclusões Apresentadas pelos Países Gambia

A análise da linha de referência de Gambia pressupunha que durante 20 anos as exportações cresceriam de 7% a 8%, as importações cresceriam de 6% e o PIB real 5%. Presumia-se também que a depreciação da taxa de câmbio nominal seria relativamente baixa. Gambia concluiu que, para alcançar sustentabilidade da dívida a longo prazo, deveria continuar o endividamento público externo em termos concessionais somente com um crescimento sustentado do PIB e taxa de câmbio estável.

Gana

Os principais pressupostos da linha de referência de Gana eram: crescimento do PIB de 8% até 2015, devido à aceleração dos investimentos em infra-estrutura, e 6% depois; exportações crescendo com o PIB e importações com a demanda interna; e o cedi depreciando-se conforme a inflação relativa. A linha de referência e os resultados dos testes de stress indicavam uma contínua sustentabilidade da dívida com a manutenção da actual política de endividamento concessional e um elemento de doação mínimo de 35%, ou até com um pequeno montante de endividamento não concessional. Contudo, a manutenção de taxas históricas de crescimento levaria a uma explosão dos indicadores da dívida, que excederiam o limiar do DSF por volta de 2017-22.

Libéria

Como a Libéria ainda não alcançou o ponto de decisão PPME, pressupõem-se grandes montantes de alívio da dívida com o cenário de sua linha de referência, bem como endividamento novo apenas em termos concessionais. Com base no investimento directo estrangeiro (IDE) novo, projectou-se um crescimento do PIB real de 7,8% em 2006 para 12,7% em 2026, com a inflação estabilizando-se em 5,3%. Tanto o cenário da linha de referência quanto um cenário alternativo que testou um alívio da dívida menor indicaram relações da dívida insustentáveis em todo o período. A equipe da Libéria concluiu que este fato evidencia a necessidade de reforma macroeconómica e estrutural, desenvolvimento de capacidade e das instituições, alívio máximo da dívida e endividamento futuro altamente concessional.

Nigéria

A Nigéria pressupôs, em sua linha de referência, que o actual programa de reformas, vinculado a objectivos da Estratégia Nacional de Fortalecimento e Desenvolvimento Económico (NEEDS), é sustentado e produz uma taxa média de crescimento do PIB real de 5,1%, com inflação em gradual declínio. Com base nesses números, a equipe da Nigéria concluiu que, para evitar uma recaída no super endividamento, o país deveria:

- contrair empréstimos somente junto a fontes concessionais (nos termos da IDA ou em termos semelhantes), inclusive empréstimos bilaterais oficiais com juros de 3% no máximo e prazo de amortização não inferior a 10 anos; e
- limitar o crescimento do estoque da dívida a 3,6% do PIB por ano até 2011 e a 0,7% posteriormente.

Serra Leoa

No caso de Serra Leoa, a expectativa é que, após a vigorosa recuperação ocorrida imediatamente após o conflito, o crescimento do PIB real se desacelere gradualmente, de 7,4% em 2006 para 6,6% em 2010, e se estabilize em torno de 5,2% até 2026. As exportações devem elevar-se de 22,2% do PIB em 2006 para 28,3% em 2010, como resultado da expansão na mineração. As importações crescerão de modo correspondente ao PIB. A inflação declinará de 12,2% em 2006 para 6% em 2015, e depois se estabilizará em torno de 5%. Com este cenário de referência básico, sem levar em conta o alívio proporcionado pela Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (IADM), a sustentabilidade da dívida só poderá ser assegurada após 2020. Segundo os testes de stress mais rigorosos, a sustentabilidade da dívida só será alcançada em relação ao PIB nos próximos 20 anos. Serra Leoa é, portanto, um país em dificuldades e de alto risco enquanto aguarda alívio da IADM.

Recomendações dos Participantes

Os participantes louvaram a alta qualidade do workshop, reconheceram a necessidade de todos os PBR adoptarem uma estratégia prospectiva e observaram que o novo modelo LCI é um instrumento relativamente simples para tal. Por outro lado, observaram que:

- variáveis endógenas como o PIB são determinadas fora do modelo, e é necessário expandi-lo para assegurar a interconexão das variáveis macroeconómicas;
- a equipe das BWI deve preparar um manual de fácil leitura para orientar o entendimento e a adaptação do modelo para cada usuário, além de colocá-lo à disposição de equipes nacionais, para facilitar a DSA;
- as BWIs devem reservar 2 dias nas missões do Artigo 4 para efectuar DSAs com funcionários dos países, a fim de reforçar sua capacidade;
- é necessário prosseguir o desenvolvimento de capacidade em relação ao DSF, mediante capacitação de instrutores e do pessoal;
- os países devem criar ou reforçar as suas equipes nacionais de DSA; e
- os países devem elevar a qualidade de seus dados macroeconómicos e da dívida, e incluir nas bases de dados da dívida informações sobre a dívida externa do sector privado e sobre o passivo contingente, para chegar a uma análise mais completa da sustentabilidade da dívida.

PROGRESSOS DOS PPME E SITUAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA MARÇO DE 2007

Países	Datas do PPME II		Datas do DERP		Iniciativa PPME
	Decisão	Conclusão	Provisório	Definitivo	Participação dos Credores
Angola	actualmente sem cronograma		2005	...	ND
Benin	7/00	3/03	7/00	3/03	99%
Bolívia	2/00	6/01	2/00	6/01	95%
Burkina Faso	7/00	4/02	5/00	7/00	76%
Burundi	8/05	fim de 2007	1/04	9/06	84%
Cameroun	10/00	05/06	10/00	7/03	98%
Centro-Africana, Rep.	2Q2007	...	1/01	meados 2007	ND
Chade	5/01	1T 2008	7/00	7/03	93%
Comoros	4T 2007	...	05/06	2007	ND
Congo, Rep. Dem.	7/03	2008	6/02	7/06	93%
Congo, Rep. do	03/06	meados 2009	12/04	2T 2007	60%
Côte d'Ivoire	meados 2007	...	3/02	...	ND
Etiópia	11/01	4/04	3/01	9/02	92%
Gambia	12/00	2º semestre 2007	12/00	7/02	81%
Gana	2/02	7/04	8/00	4/03	90%
Guiné	12/00	meados 2007	12/00	7/02	85%
Guiné-Bissau	12/00	2009	12/00	11/06	81%
Guiana	11/00	12/03	11/00	9/02	81%
Haiti	10/06	T3 2008	11/06	fim de 2007	96%
Honduras	7/00	4/05	7/00	10/01	93%
Quênia	actualmente sem cronograma		8/00	2/04	ND
Laos, RPD do	actualmente sem cronograma		4/01	12/04	ND
Libéria	meados 2007	...	1/07	2T 2008	ND
Madagáscar	12/00	10/04	12/00	11/03	91%
Malawi	12/00	09/06	12/00	8/02	97%
Mali	9/00	3/03	9/00	3/03	85%
Mauritânia	2/00	6/02	ND	1/01	90%
Moçambique	4/00	9/01	4/00	9/01	88%
Myanmar	actualmente sem cronograma		sem processo DERP		ND
Nicarágua	12/00	1/04	12/00	9/01	87%
Niger	12/00	4/04	12/00	2/02	86%
Ruanda	12/00	4/05	12/00	8/02	95%
São Tomé e Príncipe	12/00	1Q2007	4/00	8/05	85%
Senegal	6/00	4/04	6/00	12/02	81%
Serra Leoa	3/02	12/06	9/01	7/05	87%
Somália	actualmente sem cronograma		sem processo DERP		ND
Sudão	actualmente sem cronograma		2007	...	ND
Tanzânia	4/00	11/01	3/00	12/00	90%
Togo	end-2007	ND
Uganda	2/00	5/00	ND	5/00	96%
Vietname	actualmente sem cronograma		4/01	6/02	ND
Iémen	6/00	...	2/01	8/02	ND
Zâmbia	12/00	4/05	7/00	5/02	97%
PPMEs Potenciais					
Eritreia	actualmente sem cronograma				ND
Quirquístão	Decidiu não candidatar-se ao PPME		...	02/03	ND
Nepal	actualmente sem cronograma			11/03	ND

Fontes:
Governos PPME,
FMI & Banco Mundial

¹ Índice de Alocação de Recursos (IRAI) da IDA/Banco Mundial, antes CPIA (Avaliação Política e Institucional do País), usado para avaliar solidez institucional do país e seu desempenho em matéria de políticas (sólido $\geq 3,75$, razoável 3,25-3,75, débil $\leq 3,25$). Baseado na CPIA 2005.

² Esta é a classificação de dificuldades com a dívida para o EF 07, que incorpora as DSAs baseadas no DSF e é usada como base para a classificação de sinal de trânsito da IDA: Verde = baixo risco de dificuldades com a dívida; Amarelo = risco médio; e Vermelho = alto risco de dificuldades com a dívida. Últimas DSAs baseadas em DSF: Bolívia (julho de 2006) e Honduras (dezembro de 2006).

³ Os países "blend" (países IDA com RPC superior a US\$875) e "gap" (países IDA acima da receita operacional IDA) não são elegíveis para doações da IDA.

A tabela abaixo foi editada para incluir classificações dos PPMEs segundo indicadores do IRAI (antes CPIA) das BWI para desempenho de políticas, solidez institucional e dificuldades da dívida, incorporando a nova DSA baseada no DSF, e usada como base da alocação de empréstimos e doações pela IDA.

Classificação IRAI das políticas e instituições ¹	Classificação das dificuldades da dívida para IDA - 14 EF07 ²	Alocação de doações da IDA -14 para o EF07	Principais Questões do Alívio da Dívida e do Financiamento Novo
Débeis	Médias	50%	DSA do PFC PPME indica rácios abaixo do limiar PPME.
Razoáveis	Pequenas	0%	Maioria dos credores proporciona alívio, não sustentável devido a novo endividamento. IADM.
Razoáveis	Pequenas	nd ³	Novos tetos para empréstimo. Dívida insustentável em função de reservas do Tesouro. IADM.
Sólidas	Pequenas	0%	Argélia, Líbia, Arábia Saudita e Taiwan recusam alívio. IADM. Novos tetos de empréstimo.
Débeis	Grave	100%	Credores da IDA, BafD e Clube de Paris concedem alívio provisório; promessa de alívio da EU.
Razoáveis	Pequenas	0%	Enfrentando crescentes acções judiciais. IADM.
Débeis	Grave	100%	Atrasados sendo eliminados antes de PD PPME.
Débeis	Grave	100%	IsDB e BADEA prestando assistência provisória.
Débeis	Grave	100%	PD poderia ser meados de 2007, uma vez concluído o PRGF. Atrasados de vulto.
Débeis	Grave	100%	EUA único credor pós-conflito que já concluiu alívio. Firmado acordo com 13 bancos comerciais.
Débeis	Grave	100%	Alívio provisório do FMI pendente de negociações com o Clube de Londres. Prossegue acção judicial.
Débeis	Grave	100%	PD adiado devido a conflito civil. Qualifica-se potencialmente com VP/receita = 361%
Razoáveis	Médias	50%	Ainda por concluir entendimentos com alguns credores fora do Clube de Paris. IADM.
Débeis	Grave	100%	Suspensão alívio interino do FMI, atingido o limite de alívio interino da IDA e do BafD.
Sólidas	Pequenas	0%	Firmou acordos com quase todos os credores. IADM.
Débeis	Grave	100%	Suspensão alívio provisório do FMI, BafD, PC. Egito, Kuwait e Arábia Saudita dispostos a prestar alívio.
Débeis	Grave	100%	Só IDA e BafD prestando alívio provisório. Mesa-Redonda de doadores teve lugar em novembro de 2006.
Razoáveis	Médias	50%	Prossegue acção judicial em torno de obrigações do governo. IADM.
Débeis	Grave	100%	Possível alívio PPME no valor de US\$139 milhões em valor presente.
Sólidas	Médias	nd ³	Guatemala, México e Taiwan recusam alívio; pendentes acordos com Costa Rica, Venezuela, Kuwait e bancos comerciais; acção judicial argentina. IADM.
Razoáveis	Pequenas	0%	DSA mostra rácio abaixo de limiar PPME. Alívio pós-conflito nos termos dos acordos de Houston.
Débeis	Grave	100%	Embora elegível, governo não deseja participar do PPME.
Débeis	Grave	100%	Estoque da dívida estimado em \$3,7 mil milhões (3.000% das exportações), quase toda em atraso. Dados da dívida sendo conciliados com credores.
Razoáveis	Pequenas	0%	Alívio pós-conflito bem avançado, contactando todos os credores não pós conflito. IADM.
Razoáveis	Médias	50%	PC mais complemento alcançados em setembro de 2006. IADM.
Razoáveis	Pequenas	0%	Dificuldades com credores não pós-conflito. IADM.
Débeis	Pequenas	0%	Insustentável devido a falta de alívio por parte de credores árabes. IADM.
Razoáveis	Pequenas	0%	Acordo com China, Kuwait e África do Sul. IADM.
Débeis	Grave	100%	Sem empréstimo do Banco Mundial desde 1987. Provavelmente insustentável.
Razoáveis	Médias	50%	Sólida estratégia da dívida e tetos de empréstimo. Novo alívio não ligado a conflito, mas acções judiciais prosseguem. IADM.
Razoáveis	Grave	100%	Sem acordo com credores fora do Clube de Paris. Taiwan ganhou acção judicial. IADM.
Razoáveis	Grave	100%	Teto para empréstimos novos. Recebeu complementação no PC. IADM.
Débeis	Grave	100%	Está para receber alívio pós-conflito retroactivo após novo PRGF.
Sólidas	Pequenas	0%	Beneficiou-se com alívio de credores não relacionados com conflito. IADM.
Débeis	Grave	100%	Acções judiciais no valor de US\$35 milhões. IADM.
Débeis	Grave	100%	Acumulando grandes atrasados com credores. Banco Mundial engajou-se com unidade LICUS.
Débeis	Grave	100%	FMI instou para que minimizasse empréstimos não concessionais. Carece de eliminar atrasados.
Sólidas	Pequenas	0%	Beneficiou-se com alívio não relacionado com conflito (Bulgária, China e Kuwait). IADM.
Débeis	Grave	100%	Potencialmente, qualifica-se com VP/receita de 394%.
Sólidas	Pequenas	0%	Teto a novos empréstimos, buscando mais doações, pois dívida é insustentável. IADM.
Razoáveis	Pequenas	0%	Teto da dívida, para a dívida pública/PIB de 50% até 2010.
Razoáveis	Pequenas	0%	Rácios abaixo de limiares PPME, portanto tratamento do estoque de Nápoles do Clube de Paris.
Razoáveis	Pequenas	0%	Acção judicial da Donegal Intl. teve por consequência cobrança de pagamento. IADM.
Débeis	Pequenas	100%	Potencialmente se qualifica com VP/exportações de 362%
Razoáveis	Pequenas	100%	Potencialmente se qualifica com VP/receita de 345%.
Razoáveis	Pequenas	100%	Potencialmente se qualifica, com VP/exportações de 201%. Autoridades vacilam em participar do PPME.

As datas dos pontos de decisão e conclusão PPME e para o DERP são as da aprovação final da Directoria das instituições de Bretton Woods. A maioria dos governos publicou os DERPs vários meses antes da aprovação das BWI.

MEFMI ENTRA NA FASE III (2007-2011)



A terceira fase do MEFMI (Instituto da África Oriental e Austral para Gestão Macroeconómica e Financeira) começa em 1º de janeiro de 2007, uma vez aprovado por sua Assembleia de Governadores o documento do projecto que esboça as estruturas das estratégias, financiamento, governança e gestão a serem adoptadas para a realização efectiva das actividades de fortalecimento da capacidade num período de cinco anos.

O MEFMI é um instituto de propriedade regional composto por 13 países membros (Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Quénia, Ruanda, Suazilândia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbabué). Visa desenvolver capacidade sustentável em áreas chaves identificadas em ministérios das finanças, comissões de planeamento e bancos centrais, ou instituições equivalentes. Luta para melhorar a capacidade humana e institucional sustentável nas áreas críticas da gestão macroeconómica e financeira; respaldar as melhores práticas em instituições correlatas; e trazer os riscos e oportunidades emergentes para o primeiro plano entre funcionários de nível executivo. Busca alcançar entre seus Estados membros uma gestão macroeconómica prudente, uma gestão competente e eficiente das finanças públicas, sectores financeiros sólidos, eficientes e estáveis, e economias estáveis com crescimento vigoroso e sustentado.

Nos dez últimos anos o MEFMI atingiu grande número de êxitos na aplicação de seus programas de fortalecimento da capacidade. As revisões e avaliações de fim de projecto indicaram alto desempenho em dimensões chaves, inclusive: a confirmação das principais hipóteses sobre o desenvolvimento da capacidade; os objectivos do programa; resultados, impacto e relevância; e progressos na implementação de planos de trabalho. Ao mesmo tempo, o MEFMI aprendeu lições

que serão proveitosas para o projecto, implementação e acompanhamento de actividades futuras.

O MEFMI opera num contexto onde já se fizeram nos últimos anos, em nível global, progressos significativos para reduzir a pobreza, mas na África tais progressos foram muito limitados. Na região do MEFMI, alguns países lograram alcançar taxas elevadas de crescimento económico nos últimos anos e outros estão a caminho da recuperação económica, mas na maioria deles os níveis de pobreza permanecem muito altos. De qualquer forma, em todos os países é preciso que o Instituto cumpra um papel central no reforço da necessária capacidade para gerir a política de desenvolvimento económico. Da perspectiva dos Estados membros, o principal desafio continua a ser a capacidade humana e institucional inadequada para oferecer os fundamentos económicos do crescimento económico sustentado e da redução da pobreza.

O MEFMI é o centro de uma grande rede de interessados em gestão macroeconómica e financeira tanto na região quanto internacionalmente. Entre estes interessados se acham os Estados membros, os quais efectuam anualmente contribuições que representam cerca de 43% do orçamento; e parceiros de cooperação financeira (ACBF - Fundação Africana para o Fortalecimento de Capacidades, Áustria, Canadá, Irlanda, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suécia e Suíça). Ademais, o MEFMI conta com parceiros de cooperação técnica que proporcionam pessoal e recursos técnicos para actividades de fortalecimento da capacidade. Entre estes figuram o AfDB (Banco Africano de Desenvolvimento), FMI, Banco Mundial e respectivos institutos, BIS (Banco de Compensações Internacionais), COMSEC (Secretariado da Commonwealth), UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), UNITAR (Instituto das Nações Unidas para o Treinamento e a Pesquisa) e o Sistema da Reserva Federal dos EUA. A relação com todos estes interessados tem sido mutuamente benéfica e o MEFMI pretende mantê-la e aprofundá-la.

Revisões independentes, ao lado de consultas junto a interessados, revelaram vigoroso apoio ao MEFMI por parte de países membros e outros interessados, porque o Instituto fornece produtos e

serviços de que necessitam instituições dos Estados membros. Estes já confirmaram que, a longo prazo, ainda haverá demanda para os produtos e serviços do Instituto, tornando-o sustentável desse ponto de vista. Os países também consideram o Instituto vital; assim, a Assembleia de Governadores reúne os funcionários mais graduados dos ministérios das Finanças e Planeamento, além de governadores dos bancos centrais, e todos os Estados membros pagaram integralmente suas contribuições anuais. Além dos Estados membros, a questão da sustentabilidade envolve outros interessados, inclusive parceiros de cooperação e o Secretariado. Os parceiros cooperantes já contribuíram com uma parcela significativa do orçamento do MEFMI e declararam sua disposição de continuar apoiando o Instituto, no entendimento de que os países membros ampliarão progressivamente a sua liderança técnica para o fortalecimento da capacidade e suas contribuições financeiras ao longo da fase III. Parte da resposta à sustentabilidade consiste em os Estados membros aumentarem gradualmente sua taxa de contribuição ao orçamento e o Instituto treinar mais bolsistas e usar cada vez mais peritos regionais na realização das actividades de treinamento e fortalecimento da capacidade.

Embora o MEFMI opere num ciclo de cinco anos para fins de planeamento, os Estados membros que possuem o Instituto o consideram uma instituição permanente. Em cada Estado existem ainda lacunas de capacidade a preencher. Funcionários graduados de Estados membros confirmaram, no processo de consultas para preparar o documento do projecto, que é preciso reconstruir a capacidade devido a mudanças no pessoal e a perdas por desgaste natural e que, dada a natureza dinâmica da macroeconomia, são necessários novos métodos para lidar com novos desafios. Por tudo isso, e por outras razões, o MEFMI continuará desempenhando um papel vital no fortalecimento da capacidade sustentável na região.

ATIVIDADES RECENTES E FUTURAS DO PFC PPME

Workshops Regionais/Seminários

O Seminário conjunto WAIFEM/DRI/Banco Mundial/FMI sobre o **Quadro da Sustentabilidade da Dívida de Longo Prazo para Países de Baixa Renda** teve lugar em janeiro (ver artigo na página 3).

Workshops Nacionais

Burkina Faso (Uagadugu, 12 e 23 de fevereiro).

Pôle-Dette e DRI organizaram um workshop nacional para traçar uma estratégia voltada para a futura mobilização de financiamento novo. Este foi o estágio mais recente de um processo mediante o qual o PFC PPME vem prestando assistência ao governo para redefinir seu quadro jurídico e institucional, bem como suas metas estratégicas, para o financiamento futuro do sector público ao desenvolvimento. O Programa treinou 38 funcionários em técnicas de análise e formulação de estratégias, além de aprimorar planos para a implementação do plano de fortalecimento da capacidade de gestão da dívida nacional de Burkina Faso (ver artigo sobre programas nacionais de fortalecimento da capacidade na página 6).

O workshop alcançou as suas três metas principais.

- Analisar a sustentabilidade da dívida de Burkina Faso aplicando os novos métodos de DSF (Marco de Sustentabilidade da Dívida) para calcular o valor presente (VP) e relações da dívida, bem como o método dos critérios regionais de convergência económica na zona da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). O workshop constatou que, após alívio da IADM, a dívida de Burkina Faso resultava sustentável avaliada com ambos os métodos.
- Definir tetos de empréstimos para o endividamento futuro do sector público a fim de incorporá-los ao quadro trienal de despesas de médio prazo e ao processo orçamentário. Representantes do governo puseram-se de acordo em relação a tetos preliminares, inclusive uma pequena proporção dos empréstimos menos concessionais (com um elemento de doação de 35% a 50%).
- Definir um conjunto de princípios para uma estrutura de ajuda a Burkina Faso e efectuar uma avaliação de referência do grau em que os doadores seguem actualmente estes princípios. Os representantes puseram-se de acordo sobre 3 princípios, que nortearão os esforços do governo para aperfeiçoar suas políticas e procedimentos de gestão da ajuda e os esforços dos doadores no sentido de alinhar-se com eles no contexto da Declaração de Paris (mas também superando-a).

Gambia (Banjul, 12 a 22 de fevereiro)

Compareceram a este workshop WAIFEM-DRI (co-financiado pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional - DFID - do Reino Unido) 30 representantes do Departamento de Estado para Assuntos Financeiros e Económicos, do Banco Central de Gambia, do Departamento de Estado para

o Tesouro, Escritório de Coordenação do Alívio da Pobreza (SPACO), Superintendência da Receita de Gambia, Departamento de Estado para a Saúde, Departamento de Estado para a Pesca, Secretaria de Estatística de Gambia, Unidade de Análise de Políticas - Gabinete do Presidente, e Departamento de Estado para a Educação. O workshop visava prestar treinamento global na análise das questões da estratégia da dívida e do financiamento novo, actualizar a análise da estratégia da dívida efectuada em 2000 e constituir uma equipe nacional para actualizar periodicamente a estratégia nacional da dívida.

A constatação fundamental do workshop foi que, após receber todo o alívio PPME planejado, a dívida externa de Gambia estava projectada em US\$294,8 milhões, que correspondiam a uma razão VP/exportação de 166,3% (VP = valor presente da dívida) e terá sustentabilidade até 2009. Em consequência, Gambia poderia qualificar-se para uma complementação do alívio da dívida nos termos da Iniciativa PPME Reforçada. Posteriormente, a implementação da IADM reduziria todas as relações a um nível claramente sustentável ao longo de todo o período de projecção de 20 anos, desde que se implementasse uma política de empréstimos prudente (concessionais).

Missões Institucionais/de Acompanhamento

Burundi (Bujumbura, 5 a 16 de fevereiro). Esta missão da DRI tinha duas metas: ajudar a Comissão Nacional de Coordenação da Ajuda (CNCA), criada em agosto de 2006, a planejar a forma de implementar o seu mandato; e ajudar o Departamento do Tesouro do Ministério das Finanças a implementar uma condição de ativamente do ponto de conclusão com o FMI - a produção de um relatório analítico mensal sobre a dívida do país. As autoridades nacionais consideravam esta missão essencial, pois acabavam de aprovar seu Documento de Estratégia de Redução da Pobreza (DERP), e queriam afastar-se da assistência humanitária predominante nos recentes anos de conflito e acelerar a absorção da ajuda relacionada com o desenvolvimento, que esperavam crescesse à medida que Burundi avançasse para seu ponto de conclusão PPME.

A missão constatou que Burundi precisava rever os seus procedimentos de gestão da ajuda para 1) aumentar em todo o governo o compromisso participativo com os benefícios potenciais da coordenação da ajuda; 2) esclarecer os papéis de cada agência do governo no ciclo da ajuda; e 3) assegurar que cada estrutura cumprisse melhor suas funções decisivas para assegurar que a ajuda fosse desembolsada dentro do prazo e produzisse resultados sustentáveis. Por conseguinte, recomendou que:

- se realizasse um workshop nacional de coordenação da ajuda para uniformizar

documentos jurídicos e autenticar um documento-quadro que regulasse o ciclo da gestão da ajuda;

- se aprimorassem os fluxos computadorizados de informações sobre a ajuda no governo e com os doadores; e
- se concluísse um documento de política de ajuda como base para o alinhamento dos doadores com as prioridades do governo (baseado no que fora criado em 2005 com assistência do PFC - ver número 26).

Com base nas melhores práticas de outros países em desenvolvimento, a missão aprovou um plano de acção com a Secretaria Permanente da CNCA.

Simultaneamente, a missão treinou o pessoal do Departamento do Tesouro para redigir o relatório analítico sobre a gestão da dívida para janeiro de 2007. Observou que um projecto financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) deve reforçar nos dois próximos meses o uso do sistema de registro da dívida DMFAS 5.3, que forneceria automaticamente mais dados para relatórios futuros. Formulou ainda recomendações sobre a programação de trabalho dentro do Tesouro, para assegurar que o pessoal desempenhasse papéis claramente definidos na preparação e divulgação de futuros relatórios.

Chade (Ndjamena, 15 a 20 de janeiro). O Pôle-Dette organizou uma missão de treinamento para os membros da Comissão Nacional de Análise da Dívida (CONAD) e a equipe técnica responsável pela análise da sustentabilidade da dívida (ETAVID). Esse treinamento decorria de uma missão inicial para dar assistência à CONAD em abril de 2005, que treinara funcionários na forma de elaborar uma análise de sustentabilidade da dívida e traçar uma estratégia para reduzir o ónus da dívida do governo. Esse treinamento, que durou 6 dias e foi ministrado a 20 funcionários, concentrou-se portanto na forma de analisar a capacidade de amortização do governo e em seus determinantes, na forma de fixar tetos de empréstimo e níveis de deficit orçamentário sustentáveis, e na forma de calcular o impacto do alívio da dívida sobre o orçamento.

Guiné-Bissau (Bissau, 6 a 10 de fevereiro). O Pôle-Dette e a DRI organizaram uma missão de acompanhamento para treinar técnicos de Guiné-Bissau. Os temas foram: conceitos básicos de gestão da dívida; técnicas de análise e revisão da carteira da dívida; divulgação de informações sobre a dívida dentro e fora do governo; alívio da dívida no âmbito da Iniciativa PPME e da IADM, e pelo Clube de Paris; políticas e procedimentos para captar financiamento novo; evolução recente no financiamento internacional da ajuda; melhores práticas de gestão da ajuda por países de baixa renda; e quadro macroeconómico da gestão da dívida.

Os participantes vieram do Ministério das Finanças, do

ATIVIDADES RECENTES E FUTURAS DO PFC PPME (cont.)

Ministério da Economia, da Comissão Nacional de Política Económica e do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO). Ao fim do treinamento, fizeram recomendações acerca da forma como Guiné-Bissau poderia retirar o máximo proveito do futuro alívio da dívida e dos fluxos de ajuda. Em particular, recomendaram a adopção pelo governo de um quadro jurídico e institucional global que cobrisse todos os estágios do processo de financiamento das operações governamentais, a urgente conclusão e implementação do DERP e reforço ulterior das capacidades do pessoal envolvido na gestão da dívida e da ajuda, para reduzir a dependência em relação à assessoria externa.

Mali (Bamako, 15 a 19 de janeiro). O Pôle-Dette organizou uma missão para desenvolver as capacidades da Comissão Nacional de Gestão da Dívida Pública em Mali. O treinamento, ministrado aos 25 participantes, concentrou-se em: melhores práticas na gestão da dívida pública, a experiência de Benin em coordenação da gestão da dívida pública com a política macroeconómica, técnicas para formular e prever estratégias de financiamento do governo, e elementos básicos na fixação de tetos para empréstimos. Ao fim do treinamento, os participantes formularam várias recomendações para reforçar as capacidades do pessoal encarregado das actividades do escritório intermediário (formulação da estratégia da dívida).

Missões do Pôle-Dette sobre Planeamento Nacional do Fortalecimento da Capacidade. No último trimestre de 2006, missões a países membros do Pôle-Dette traçaram planos nacionais de fortalecimento da capacidade (ver página 6).

Metodologia, Ensino à Distância e Designações

Metodologia

Neste trimestre o trabalho de metodologia concentrou-se nos pontos seguintes.

- A documentação da IADM foi actualizada para incorporar o alívio a ser concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento em janeiro de 2007 (ver também página 2). O documento actualizado já está disponível no portal do PFC PPME (www.hipc-cbp.org)
- Preparou-se uma nota técnica explicando os indicadores e o limiar da sustentabilidade da dívida actualmente em uso internacional, regional e nacional, as metodologias usadas para seu cálculo e as principais finalidades para que estão sendo usadas. A nota explica também como se usam os indicadores do DSF a fim de avaliar a elegibilidade dos países para doações e empréstimos da IDA. A nota foi distribuída pela Listserve de março de 2007 e está disponível em www.hipc-cbp.org.
- Incluíram-se nas páginas de recursos técnicos do site do PFC PPME (www.hipc-cbp.org) as últimas taxas TJCR (Taxas de juros comerciais de referencia) e as taxas de juros e de câmbio para

análise da estratégia da dívida.

- Está em curso o trabalho para actualizar os manuais do workshop da DSA a fim de aperfeiçoar mais a metodologia da estratégia da dívida interna do PFC, dando a seus funcionários condições para garantir a compatibilidade da dívida interna com as necessidades de oferta de dívida interna (para financiamento do orçamento do governo e implementação da política monetária) e com a demanda de instituições financeiras e do sector privado por um documento do governo para reforçar o desenvolvimento do sector financeiro. As tarefas, tabelas e modelos de cálculo do manual actualizado estarão disponíveis em breve para uso dos países.

Programa de Ensino à Distância

No programa de ensino à distância, a maioria dos estudantes concluiu o segundo módulo e iniciou o terceiro na semana de 5 de março de 2007. Intensos programas de trabalho impediram alguns estudantes de concluir suas tarefas dentro do prazo, mas a maioria está lutando para recuperar o atraso. Os parceiros do PFC vêm aproveitando a oportunidade para reunir-se com os estudantes quando estão no país para participar de outros eventos, os mais recentes dos quais ocorreram em Burkina Faso, Malawi, Senegal e Tanzânia. Estas reuniões têm sido muito produtivas e úteis para colher feedback do programa, que tem sido muito positivo, pois os estudantes relatam que aprendem mais do que em workshops. Os estudantes também reconheceram muito o feedback e as observações dos Mentores. Contudo, também observaram que algumas tarefas que envolvem dados tomam muito tempo. Assim, o PFC já está tomando medidas para assegurar que os dados sejam fornecidos numa forma mais trabalhada.

Designações

Leonard Rugwaziba Minega, de Ruanda, foi designado para trabalhar no Centro para o Estudo das Economias Africanas da Universidade de Oxford de 31 de outubro a 11 de novembro, a fim de desenvolver mais a metodologia do PFC destinada à análise dos efeitos dos fluxos de ajuda sobre a macroeconomia. Ele já trabalhou num estudo de caso de Ruanda e em ferramentas para construção de modelos simples, baseados em planilhas, para aprofundar análise, e deve concluir o seu trabalho ao ser designado para a DRI no T2 de 2007.

Mudanças no Pessoal

Nos últimos meses houve algumas mudanças de pessoal nas agências de implementação do PFC. Em particular,

- BEAC/BCEAO Pôle Dette. A Sra. Coumba Fall Gueye, Coordenadora Técnica, que deu importante contribuição ao êxito do Pôle-Dette por

6 anos, transferiu-se para AFRITAC-Libreville. Além disso, o Pôle-Dette recrutou dois peritos em macroeconomia (Appolinaire Houenou, de Benin, e Gabriel Ngakoumda, do Cameroun), que começarão a trabalhar em março de 2007.

- O CEMLA (Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos) recrutou um economista, Jaime Andrés Garron Bozo, do Banco Central da Bolívia, que trabalhará nas actividades de ambos os programas de fortalecimento da capacidade do PPME.
- DRI. Devido a licença da Sra. Yolande Eyoum, a DRI nomeou Mame Pierre Kamara Gerente interino de Programas Francófonos e Myriam Sallah Administradora de Programas Francófonos. Ademais, Sandrine Lévy voltou de sua licença-maternidade e reassumiu suas funções como Administradora do Programa de Ensino à Distância e Coordenadora de Viagens.

Actividades Futuras

Nos próximos seis meses, o PFC PPME implementará as actividades seguintes.

1. *Workshops Regionais.* Workshop de Mentores do Programa de Ensino à Distância, Pôle Dette e MEFMI (Instituto da África Oriental e Austral para Gestão Macroeconómica e Financeira) sobre o Novo Marco de Sustentabilidade da Dívida das BWI (Instituições de Bretton Woods), Treinamento de Instrutores para países do Pôle-Dette e do PALOP.
2. *Workshops Nacionais.* Bolívia (2 workshops subnacionais sobre a dívida), Burundi, Cabo Verde (fora do PFC), Etiópia, Guiana, Quênia, Mali, Níger, Senegal, Uganda.
3. *Missões Institucionais/Missões de Acompanhamento.* Benin, Cameroun, República Centro-Africana, Chade, Comoros, Congo, Costa do Marfim, Etiópia, Gambia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiana, Honduras, Libéria, Malawi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Nicarágua, Níger, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Ruanda e Senegal.
4. *Designações:* de um membro do quadro do CEMLA, um bolsista do MEFMI, um membro do quadro do MEFMI e um membro do quadro do Pôle-Dette para a DRI, e de bolsistas do Pôle-Dette e não-membros de organização regional para o FMI em Washington;
5. *Produtos de Informação.* O PFC distribuirá suas publicações sobre Negociações da Dívida no Quadro do PPME Reforçado, e preparará a minuta sobre Melhores Instituições e Práticas Jurídicas para a Gestão da Dívida, produzirá os boletins 31 e 32, e divulgará 4 listserve sobre a evolução mais recente da gestão da dívida.

No primeiro trimestre do ano o PFC CPE (Programa de Fortalecimento de Capacidade - Capital Privado Estrangeiro) estava em actividade em nível nacional, concluindo vários ciclos de projectos nacionais, desenvolvendo seus produtos de informação e continuando a prestar assistência a novos candidatos em potencial, além de, simultaneamente, elaborar planos para estender o programa a toda a zona do franco CFA.

PROGRESSOS NOS PAÍSES

Os países do programa fizeram os progressos seguintes.

- A **Bolívia** solicitou assistência do PFC em áreas mais avançadas de monitoração e análise. Enquanto isso, a Confederação de Empresários Privados da Bolívia (membro da Força-Tarefa Nacional) publicou sua própria análise do balanço de pagamentos (www.cepb.org.bo)
- **Burkina Faso** encerrou a sua fase piloto e publicou seu relatório.
- **Cameroun** concluiu o seu relatório analítico (ver as constatações na página 14) e vai fechar a sua fase piloto em março
- A **Etiópia** está trabalhando com a Development Finance International (DFI) a fim de concluir a proposta para ingressar no PFC
- **Gambia** (Ciclo 2) está se preparando para sediar uma segunda Missão de Acompanhamento em março a fim de concluir verificações de qualidade e iniciar a análise e a redacção do informe, acompanhar prioridades institucionais e preparar o ciclo seguinte
- **Gana** confirmou financiamento do Banco Mundial e está concluindo acertos para levar a cabo um lançamento no T2
- **Honduras** está acompanhando com os doadores acertos financeiros para ingressar no programa com um lançamento no T2
- **Quénia** tem financiamento do Banco Mundial para o programa e depende de confirmação final dos acertos para ingressar o PFC no T2
- **Malawi (Ciclo 3)** está trabalhando em verificações de qualidade dos dados e planeja um evento de divulgação de encerramento para junho de 2007, em conjunto com treinamento para o ciclo seguinte
- A **Nicarágua (Ciclo 1)** está buscando trabalho de campo e vai sediar em abril uma Missão de Acompanhamento para focalizar dados e análise

- A proposta de **Ruanda** para participar do PFC em 2007 está sendo concluída.
- A **Tanzânia (Ciclo 3)** terá dados preliminares e análise resumida prontos para um workshop de encerramento e divulgação no T2 de 2007, seguido por um evento de treinamento para lançar o ciclo seguinte e pela publicação de relatórios integrais sobre a região continental e Zanzibar
- **Uganda (Ciclo 5)** aumentou sua resposta para mais de 90%. Está se preparando para divulgar dados, publicar um relatório analítico conjunto sobre os ciclos 4 e 5, e lançar o Ciclo 6 no T2
- **Zâmbia** está concluindo a identificação do financiamento para um relançamento potencial de sua participação no programa no T3

SOFTWARE PFC CPE

Atendendo à demanda dos países, acrescentou-se ao Sistema de Informações Executivo (EIS) nova função para o Módulo Administrativo, a fim de facilitar a operação e a velocidade. A **Versão 1.79.7.2** conta com um “botão copiar busca”, que permite ao usuário criar nova busca editando as funções de uma busca anterior (perguntas, anos, moedas, classificações industriais, etc.) em vez de criá-la a partir do zero. Os usuários registrados podem baixar esta última versão e as respectivas directrizes do manual do usuário seguindo o link da DFI no endereço www.evinsol.co.uk/software.

O EIS deve concluir em breve a minuta da Secção 3 do *Software Technical Manual for Designers* (Programação VBA com base de dados fictícia interactiva), que será distribuída para colher observações dos usuários. Está também dando apoio directo a Gambia e Uganda.

GOVERNANÇA E LIGAÇÃO

O Instituto da África Oriental e Austral para Gestão Macroeconómica e Financeira (MEFMI) sediou seu primeiro workshop de **Monitoração e Gestão do Capital Privado Estrangeiro em Países Membros do MEFMI** em Lusaka, de 5 a 9 de março, para todos os 13 Estados membros. Constatou do workshop treinamento em todos os aspectos da monitoração e análise, com apoio das equipes do MEFMI e DFI e de um grupo regional de pessoas qualificadas. Planejaram-se importantes avanços metodológicos em questões não relacionadas com mecanismos de busca, demonstrativos e amostragens financeiras. Ademais, os países (participantes ou não do PFC CPE) efectuaram suas próprias

avaliações de capacidade e identificaram muitas prioridades para trabalho futuro com assistência do MEFMI.

O WAIFEM e o Departamento de Estatística do FMI (STA) acolheram o **Workshop do Sector Externo do GDDS (Sistema Geral de Disseminação de Dados do FMI) sobre o IDE** em Acra, de 26 de fevereiro a 2 de março, com participação da DFI, para otimizar a coordenação com o PFC CPE. O evento lançou um Módulo GDDS para um grupo de 5 países (Gambia, Gana, Quénia, Maurício e Moçambique) e discutiu metodologia, planos de implementação nacionais e (após reuniões entre STA e DFI em novembro passado), coordenação óptima com o PFC CPE para países participantes de ambos os programas. Este workshop foi financiado pelo DFID - Department for International Development.

Os resultados de ambos os eventos serão relatados no próximo número.

PRODUTOS DE INFORMAÇÃO

O site do PFC CPE (www.fpc-cbp.org) continua a ser actualizado a cada 6 semanas. A última actualização, em janeiro, cobriu a evolução recente do PFC e das iniciativas correlatas (sobre activos e passivos estrangeiros, percepção dos investidores, responsabilidade social da empresa - RSE, remessas e metodologia). Os relatórios analíticos dos países e o Boletim 29 já estão disponíveis e podem ser baixados das páginas abertas do site. O Briefing n° 12 do PFC CPE foi divulgado em janeiro, e o n° 13 vai sair em março. Os números anteriores já estão armazenados nas páginas abertas do site.

PROGRAMA DE TRABALHO FUTURO

No próximo trimestre o PFC CPE:

- empreenderá missões de avaliação da demanda (Gana, Honduras e Quénia), um workshop inaugural na Bolívia, uma missão de acompanhamento e um workshop de encerramento na Nicarágua, além de eventos combinados de encerramento e treinamento em Gambia, Malawi, Tanzânia e Uganda;
- concluirá planos de programas de maior amplitude para a Zona do Franco CFA e a América Latina;
- concluirá sua publicação sobre constatações analíticas;
- continuará produzindo produtos de informação, metodologia e software; e
- refinará e implementará uma estratégia de divulgação e consciência.



O Cameroun concluiu recentemente o seu levantamento piloto sobre os activos e passivos estrangeiros e a percepção dos investidores, e em breve estará acessível um relatório completo a esse respeito pela página do CPE PFC e pelas páginas nacionais na Internet. Uma Força-Tarefa Nacional, composta por agências públicas e privadas, doadores e parceiros cooperativos (MINEFI - Ministério da Economia, Finanças e Indústria da França, BEAC - Banco dos Estados da África Central, GICAM - Grupo Interpatronal do Cameroun, CGCI - Unidade de Gestão do Código de Investimento, SNV - Organização Holandesa de Desenvolvimento - e DFI - Development Finance International) levantou percepções dos investidores em 226 empreendimentos, bem como activos e passivos em 147 (cobrindo 86% do giro e 90% do capital estrangeiro). Obteve excelente resposta inicial (quase 60%) para os activos e passivos estrangeiros. Conforme as melhores práticas, os dados do levantamento foram conferidos e classificados utilizando dados de outras fontes. Como demonstra este artigo, o exercício produziu dados de qualidade óptima sobre activos (área muito difícil na maioria dos países) e sobre passivos, e gerou lições práticas valiosas para levantamentos futuros.

Percepção dos Investidores

Para melhorar a coordenação com outros levantamentos, o questionário combinou o clima dos negócios no estilo da IFC (International Finance Corporation) com a metodologia mais ampla do CPE PFC. As principais percepções positivas dos investidores diziam respeito a:

- tamanho do mercado nacional e regional, e acesso a crédito;
- produtividade e custo do pessoal qualificado;
- eficiência/custo das telecomunicações e acesso à Internet; e
- produtos de informação económica e política de boa qualidade disponibilizados por agências dos sectores público e privado (ao contrário de muitos outros países do CPE, onde a informação passada oralmente e os contactos locais tendem a ser os mais importantes para a tomada de decisões).

De modo geral, a vasta maioria das respostas indicou que o nível de risco no Cameroun era aceitável - e portanto a maioria dos que responderam planejavam expandir suas operações futuras.

Os factores negativos referem-se principalmente à governança e à infra-estrutura.

- 94% manifestaram preocupação com os impostos, com outros ónus e com a respectiva burocracia. Em média, os que responderam informaram ter gasto 28 dias no ano de 2005 em entrevistas com autoridades tributárias, 1,8 dia por semana em procedimentos tributários ou alfândegários e 13 dias para liberar produtos na alfândega em Duala.
- 73% não tinham confiança no Judiciário.
- Quase metade apontou na corrupção um forte impacto negativo.
- Entre os desafios à competitividade figuravam os produtos contrabandeados, os produtos falsificados e as importações do sector informal.
- Tiveram baixa classificação a qualidade e os custos das estradas e da energia.

Analogamente, as respostas indicaram às autoridades áreas a melhorar: redução de impostos; uso mais eficaz do sistema contábil OHADA (Organização para a Padronização do Direito Comercial na África); reforma do sistema jurídico (independência, aplicação efectiva das sentenças); mecanismos aperfeiçoados nos termos da Carta dos Investimentos; melhor manutenção da infra-estrutura existente; e melhor abastecimento de energia.

Activos e Passivos Estrangeiros

A tabela abaixo mostra que o estoque de activos estrangeiros cresceu de forma constante e substancial no período 2002-2004. O estoque de passivos também cresceu mas, pela primeira vez num país do PFC, permaneceu abaixo dos activos. Este fato decorreu do grande volume de depósitos mantidos no exterior por residentes do Cameroun: excluídos estes depósitos, o estoque de passivos era 2 a 3 vezes superior ao dos activos. Os fluxos dos passivos excederam o dos activos em 2003, mas este quadro foi revertido em 2004 por uma grande queda nos fluxos de passivos e um crescimento nos fluxos de activos.

Activos

A tabela mostra que os activos do Cameroun relacionavam-se antes com dívida do que com capital. O componente mais significativo, de longe, eram depósitos no exterior, seguidos por créditos comerciais junto a receptores não relacionados. O IDE em forma de empréstimo a empresas não relacionadas ficou em terceiro lugar. Por comparação, eram muito pequenos o volume do capital e da carteira de IDE.

Todas estas rubricas cresceram no período...

- O estoque de IDE triplicou devido a grandes fluxos de dívida intracorporativa. Eram basicamente intra-regionais e relacionavam-se com interesses de mineração na Mauritânia (25%), Guiné Equatorial (15%), Congo Brazzaville, Mali, Gabão e Chade.
- A mineração também foi o factor principal do aumento de 7% a 9% nos depósitos em bancos estrangeiros e (a despeito do declínio em outros sectores) nos créditos comerciais.
- Os empréstimos do sector financeiro do Cameroun a não residentes permaneceu abaixo de 28 bilhões de francos CFA.
- Os activos em carteira continuaram em níveis marginais e foram principalmente intra-regionais: Costa do Marfim (20%), Chade (19%), Guiné Equatorial (16%) e França (18%)

Passivos

O estoque de passivos aumentou 51% no período 2002-4. Destes:

- O IDE deu a principal contribuição (mais de 60%) do total até o fim de 2004). Mas esse número ocultava um declínio do capital após a conclusão do oleoduto Chade-Cameroun e declínios nos sectores da madeira, papel e indústria gráfica, que foram compensados por grandes aumentos no estoque de dívida intracorporativa.
- "Diversos" (investimentos) foi o segundo componente em importância. Abrangia dívida de fontes não relacionadas (quase 40%) em forma de créditos comerciais, e outras dívidas.
- Registrou-se investimento de carteira, que no entanto permaneceu em nível baixo.

Investimento apresentou os seguintes padrões por sector de actividade económica ...

- O maior receptor, por larga margem, foi transporte, armazenamento e comunicação (57%). Seguiram-se electricidade, gás e água (8%); comércio e outros serviços (7%); agroindústria e sectores financeiros (6% cada um).
- O investimento de carteira concentrou-se nos sectores de bebidas e financeiro (que atingiram um estoque de 89% até 2004).
- Mais da metade dos créditos comerciais de fontes não relacionadas se destinaram ao sector da mineração em 2004, seguidos pelo comércio e outros serviços (20%) e pela indústria química (11%).
- Quase dois terços das "Outras dívidas" de fontes não relacionadas foram para transporte, armazenamento e comunicação, e relacionavam-se principalmente com a construção do Oleoduto Chade-Cameroun.

...E por país de origem ...

- A maior parte do IDE originou-se dos EUA (41% até 2004) e concentrou-se no transporte, armazenamento e comunicação. Seguiu-se a França (31%) que, ao contrário dos EUA, investiu amplamente em todos os sectores, numa demonstração de um conhecimento mais amplo das oportunidades. Entre os investidores intra-regionais figuravam Côte d'Ivoire, Maurício, Nigéria e Senegal.
- Dois terços da carteira vieram da UE e, embora talvez num reflexo de sua inerente volatilidade, as fontes flutuaram, em particular com a contribuição dos Países Baixos diminuindo de 55% para 15% do estoque.

Activos e Passivos do Cameroun (em mil milhões de francos CFA)

Especificação	Activos					Passivos				
	Estoque	Fluxo	Estoque	Fluxo	Estoque	Estoque	Fluxo	Estoque	Fluxo	Estoque
	2002	2003	2003	2004	2004	2002	2003	2003	2004	2004
TOTAL (incl. Depósitos)	2531	423	2954	603	3557	1884	617	2500	350	2850
IDE	116	104	220	135	355	1261	296	1557	154	1711
Capital	8	...	8	1	9	959	145	1104	-76	1028
Dívida intracorporativa	109	103	212	134	346	302	152	453	230	683
Carteira	2	...	2	1	3	7	1	8	17	25
Diversos	2413	319	2732	468	3200	617	319	936	179	1115
Créditos comerciais	477	174	651	292	943	245	199	444	211	656
Outras dívidas	15	12	27	0	27	372	120	492	-33	459
Depósitos	1921	133	2054	176	2230	-	-	-	-	-

ACESSO A FONTES DE DADOS INTERNACIONAIS SOBRE ATIVOS E PASSIVOS ESTRANGEIROS E SEU USO

O Boletim 29 examinou a medida em que os compiladores internacionais usam dados de países do CPE PFC, comparou datasets internacionais e formulou observações gerais sobre sua qualidade. O CPE PFC estimula os países a usarem como referência dados internacionais, a fim de cruzá-los com seus próprios dados nacionais, preencher lacunas, avaliar a aceitação dos dados nacionais e comparar tendências nacionais com tendências regionais e globais para fins de análise e formulação de políticas. Este artigo explica a forma de acessar e usar datasets internacionais selecionados, destacando aqueles que proporcionam benefício analítico adicional.

Anuário das Estatísticas de Balanço de Pagamento do FMI (BOPSY)

O BOPSY é a fonte mais completa que se apresenta em termos de cobertura. Publicado anualmente de forma coordenada com o BPM5, é um dos primeiros pontos de referência. Infelizmente, não se pode baixar gratuitamente pela Internet; é vendido pelo FMI. A Parte 1 contém tabelas de países, a Parte 2 tabelas regionais e globais, e a Parte 3 metadados. As tabelas de países da Parte 1 apresentam uma série temporal de 8 anos com dados históricos em dólares americanos, identificados por códigos segundo convenções do FMI/OCDE.

- A Tabela 1 é um resumo em uma página dos componentes gerais das Contas Financeiras.
- A Tabela 2 é um ponto de referência melhor, pois apresenta em 4 páginas uma desagregação da Conta Corrente (inclusive receita de investimento e transferências), da Conta de Capital (inclusive transferências dos migrantes) e da Conta Financeira (discriminando os componentes mencionados acima).
- A Tabela 3, Posição dos Investimentos Internacionais (IIP), só é fornecida para alguns países (e apresentada como série temporal de estoque no fim do período e não, a rigor, como uma posição dos investimentos internacionais). Como se explicou no boletim 29, os dados BOP/IIP são colhidos em fontes nacionais.

Relatórios Nacionais do FMI

Estes podem ser baixados gratuitamente do portal do FMI (www.imf.org) por intermédio dos links "Information by country A-Z". Cada página de país apresenta publicações em ordem cronológica inversa, que podem ser ordenadas por tipo. Podem fornecer elementos muito úteis para análise e políticas, bem como dados mais recentes que os do BOPSY, além de projeções de dados. Seus dados históricos, porém, não são tão completos quanto os do BOPSY ou o directório FDI (IDE,

investimento directo estrangeiro) da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), e talvez nem sempre sigam as normas do BPM5.

Os relatórios do *Artigo IV* expõem a evolução económica recente; "other issues" (onde se pode incluir, por exemplo, uma explicação sobre a qualidade dos dados); e indicadores sintéticos do balanço de pagamentos. A secção *Selected Issues reports* cobre temas específicos. Pode ser publicada em separado um Statistical Appendix, ou anexada a relatórios de *Selected Issues*. Além do resumo do balanço de pagamentos, pode incorporar dados úteis para análise, por exemplo, sobre o sistema tributário, indicadores trabalhistas e sectoriais, infra-estrutura e preços. Os relatórios do Programa de Financiamento para a Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF) cobrem políticas actuais e do governo e suas intenções, e podem ser úteis para relacionar planos nacionais de desenvolvimento com os planos de acção de política do PFC, por exemplo, para o crescimento sectorial e económico, prioridades regionais e RSE (Responsabilidade Social da Empresa).

Relatório "Global Development Finance (GDF)" do Banco Mundial

O Volume 1 apresenta a análise e perspectivas que muitas vezes mencionam questões relacionadas com o PFC, além de tabelas resumidas que podem ser baixadas gratuitamente do portal do Banco (www.worldbank.org). O Volume 2, que é vendido, contém as tabelas por país. São 10 secções com séries temporais de vários anos em dólares americanos. Não seguem totalmente as normas do BPM5. Entre os tópicos relevantes figuram dados da dívida externa de longo prazo do sector privado (DESP), IDE líquido, capital em carteira, lucros sobre o IDE remetidos, transferências privadas líquidas e remessas de trabalhadores. Contudo, os dados sobre atrasos e dívida de curto prazo não discriminam a dívida privada sem garantia, e infelizmente, para muitos países de baixa renda, não se informam dados da DESP. Os dados são compilados a partir de fontes secundárias (a maior parte de países em desenvolvimento).

Bases de Dados e Análise do IDE pela UNCTAD

A UNCTAD compila o IDE e informações correlatas nas seguintes bases de dados: FDI / TNC (fonte primária da ONU para dados sobre IDE e actividades do CNC - Comité de Negociações Comerciais); fusões e aquisições transfronteiriças (negócios e partes envolvidas); os maiores CNCs (vendas, activos, emprego etc.); e investimento e tratados sobre tributação por país e região. Muitos dados estão disponíveis gratuitamente em vários formatos no portal da organização (www.unctad.org) e podem ser acessados de forma

interactiva (mediante inscrição gratuita) com uma rotina para preparar extractos de dados.

O *World Investment Report (WIR)*, que pode ser baixado gratuitamente, é um bom ponto de partida. As partes 1 e 2 contêm análises globais e regionais. O Anexo A apresenta mais dados analíticos, além de fontes de dados e métodos por país. O Anexo B oferece séries temporais de IDE por país e região em dólares americanos para Ingressos, Saídas, Ingressos de Estoque, Saídas de Estoque, Fluxos para Formação de Capital Fixo e Estoques em relação ao PIB. Outras tabelas discriminam transacções de Fusões e Aquisições por região/país, e sector/indústria. A maioria dos dados é obtida junto a agências nacionais de promoção do investimento.

Base de Dados do IDE da OCDE

A Base de Dados sobre Estatísticas do Investimento Directo Estrangeiro e o Anuário correlato podem ser obtidos no portal da OCDE. Incluem resumos e tabelas detalhadas por país e sector. Contudo, ambos são vendidos, embora seja possível inscrever-se gratuitamente no portal a título de experiência (via www.sourcoecd.org). Alternativamente, os países podem querer um contacto directo com a Divisão de Investimento da OCDE para obter informações sobre a disponibilidade e a melhor forma de acesso a dados de IDE fornecidos por credores, por país, em www.oecd.org/daf/investment. Esta página oferece também links para baixar gratuitamente informações correlatas sobre códigos e padrões, e sobre análise. Esses dados são extremamente valiosos para cruzar informações de credores com dados colhidos no país, e recomendam-se para todos os países.

Joint External Debt Hub (JEDH) BIS - OCDE - FMI - Banco Mundial

Este eixo da dívida externa tem relevância limitada para os países do PFC, pois somente fornecem dados para países do SDDS (Padrão Especial de Disseminação de Dados). Há planos para estendê-lo ao GDDS (Sistema Geral de Disseminação de Dados do FMI), o que faria do JEDH a primeira referência para países que procuram cruzar seus próprios dados com os dados dos credores, pois inclui dados de fontes de credores do BIS (Banco de Compensações Internacionais). Infelizmente, a base de dados JEDH não distingue a dívida externa pública da privada. Assim, a partir da página inicial (www.jedh.org) os usuários são orientados para seguir o link "data release calendar", o qual leva a outra página, que mostra qual das quatro instituições participantes fornece cada linha de dados. O link "Contact JEDH" dessa página dá detalhes da pessoa (em quase todos os casos do BIS) que os países devem contactar para obter informações mais detalhadas sobre a DESP.

PERGUNTAS TÉCNICAS SOBRE O ALÍVIO DA DÍVIDA

Quais os melhores termos para alívio da dívida disponíveis junto a credores bilaterais fora do Clube de Paris?

A Publicação n.º11 do PFC PPME, *NEGOCIANDO A REDUÇÃO DA DÍVIDA DURANTE E APÓS A INICIATIVA PPME*, sairá em breve. Ao finalizá-la, atualizamos informações acerca dos termos que estão sendo oferecidos por todos os credores, constatando consideráveis progressos na dívida russa, em transações bilaterais fora do Clube de Paris, instituições multilaterais e ações judiciais. Segue-se a versão nova de nossa tabela, que expõe o que estão fazendo os credores bilaterais fora do Clube de Paris. Aqueles que estiverem negociando com esses credores provavelmente identificarão alguns precedentes muito proveitosos estabelecidos em outras negociações do PPME. Para mais detalhes e qualquer assistência suplementar, favor nos contactar na DRI.

Melhores Termos Acordados com Credores Bilaterais fora do Clube de Paris						
	Tipo de dívida	Carência	Prazo de vencimento	Taxa básica de juro	Margem	Sanção
					%	%
Argélia	Concessional	7	24	2%	0	1
Angola	Sem acordo de alívio – credor é PPME e não tem recursos.					
Argentina	Recompras a 8-16% do valor nominal mas pagamento rápido do restante					
Bulgária	Bilateral	Alívio comparável		Reduzida de 5% para 0%	0	4
	Comercial	Sem alívio, mas ameaças iniciais de ação judicial retiradas - ver Capítulo 7.				
Burundi	Sem alívio, mas ameaças iniciais de ação judicial retiradas - ver Capítulo 7.					
Cabo Verde	Sem tratamento comparável – dívida eram remessas de trabalhadores					
China	Comercial	Sem alívio comparável a PPME		LIBOR	1	1
	AOD	Comparável - cancela 100% de estoque no fim de 2004 se tem relações diplomáticas				
Colômbia	FMI indica tratamento comparável prometido para Honduras.					
Costa Rica	Decidiu dar alívio comparável mas ainda está em negociação.					
Côte d'Ivoire	Sem acordo de alívio – credor é PPME e não tem recursos – mas retirou ação judicial.					
Cuba	Cancela 100% para países com boas relações.					
República Tcheca	Recompras a 10-16% do valor nominal – comparável a Lyons ou Cologne.					
RDC	Sem acordo de alívio – credor é PPME e não tem recursos.					
Equador	Sem acordo de alívio – citadas restrições legais para cancelar.					
Egito	Sem acordo de alívio.					
Guatemala	Recompra de dívida pela Espanha, depois alívio comparável a PPME					
Honduras	Informou ser possível operação semelhante à da Guatemala.					
Hungria	Comercial	90% cancelada, resto rolando em 16 anos, 0 carência, 0% juros durante carência				
Índia	AOD	Comparável – linhas de crédito 100% canceladas.				
	EECG Corporation	Sem alívio comparável		LIBOR	2	1
Irã	Sem acordo de alívio – cita restrições legais para cancelar.					
Iraque	Sem acordo de alívio para 7 países – vendeu dívida a bancos comerciais que estão em litígio.					
Coréia (RDC)	Sem acordo de alívio.					
Coréia (Rep. da)	Concessional			Reduzida de 2,5% para 1%.		2
Kuwait	Fonds koweitien	10	30	1-4,5%, reduzida para 0,5-2%	0	0
	Kuw Inv Authority	Sem acordo de participação no PPME – precisa mudar lei.				
Líbia	Mescla de cancelamento, conversão a 20% e pagamento – em geral não comparáveis					
México	90,5% cancelamento pelo PPME II.					
Marrocos	Prometeu mas ainda não deu alívio comparável.					
Namíbia	Sem acordo de alívio.					
Níger	Sem acordo de alívio – credor é PPME e não tem recursos.					
Nigéria	Sem acordo de alívio.					
Omã	Sem acordo de alívio para 6 países.					
Polónia	80% cancelamento e 20% para custos de embaixada – comparáveis a PPME I.					
Peru	Sem acordo de participação no PPME – cita restrições legais.					
Romênia	Recompras a 8-10% do valor nominal, mas vendeu algumas dívidas a bancos comerciais.					
Ruanda	Alívio comparável para Uganda, mas não RDC.					
Arábia Saudita	Fundo Saudita (se totalmente desembolsado)	10	30	Reduzida da original para 1-2%	0	0
Sérvia (ex-Yugo)	Recompra de algumas ex-paraestatais com 95% de desconto, venda, depois ações judiciais – ver Capítulo 7					
Rep. Eslovaca	Comercial	6	23	0% por 10 anos, depois 3% por 3.	0	1
África do Sul	Cancela 100% da dívida.					
Taiwan	Sem acordo de alívio para 11 países - acionou Níger - ver Capítulo 7.					
Tanzânia	Recompra de dívida de Uganda financiada pela Áustria a 10%, restante cancelado.					
Tailândia	Sem acordo de alívio.					
UEA	Fundo Abu Dhabi (só atrasados)	5	12	Não comparável - 2%.	0	0
Venezuela	100% cancelamento para países com boas relações.					
Zâmbia	Sem acordo de alívio – credor é PPME e não tem recursos.					
Zimbábue	Sem acordo de alívio – credor está profundamente endividado e não tem recursos					

Fonte: governos PPME; FMI/Banco Mundial, setembro de 2006

Debt Relief International / Development Finance International

4th Floor, Lector Court, 151-153 Farringdon Road, London EC1R 3AF, Reino Unido

t: +44 (0)20 – 7278 0022 f: +44 (0)20 – 7278 8622 e: mail@dri.org.uk <http://www.hipc-cbp.org> <http://www.fpc-cbp.org>